

Adriana Soares Viana

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DO SINDIFES**

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação/UFMG  
2013

Adriana Soares Viana

## **PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DO SINDIFES**

Trabalho apresentado ao curso de especialização Gestão de Instituições Federais de Educação Superior da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Linha de pesquisa: Gestão e Tecnologias

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Rosilene Horta  
Tavares

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação/UFMG  
2013

## **PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DO SINDIFES**

Trabalho apresentado ao curso de especialização Gestão de Instituições Federais de Educação Superior da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Rosilene Horta Tavares

Aprovado em 21 de junho de 2013

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Rosilene Horta Tavares – Faculdade de Educação da UFMG

---

Prof<sup>o</sup> Antônio Mendes Ribeiro – UFMG

## PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DO SINDIFES

### RESUMO

Analisa-se as práticas informacionais dos atores sindicais, com foco na atuação sindical do SINDIFES - Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino e o seu impacto nas práticas de cidadania. A escolha do tema levou em conta o papel que a informação desempenha no SINDIFES, considerando que o movimento sindical ocorre a partir da interação entre os atores sociais (dirigentes e base) na disseminação e busca por informação e conhecimento. O pressuposto aqui é que tal busca permitiria aos atores sociais construir suas próprias histórias, tornando-se capazes de conquistar seu espaço como indivíduos atuantes na sociedade. Como práticas informacionais, neste trabalho, considera-se o estudo dos fenômenos informacionais a partir da atuação e da perspectiva dos atores sociais (base e dirigentes do sindicato) na produção, organização, recebimento, disseminação e interpretação das informações no contexto do SINDIFES. Com base nessas afirmações e na leitura preliminar sobre as práticas informacionais nos movimentos sociais, em especial nos sindicatos, levando-se em conta o uso das novas tecnologias nesses movimentos, notou-se a necessidade de novos estudos, que ampliem a visão sobre os fenômenos que envolvam a informação nesse âmbito. Mas já foi possível realizar um plano de intervenção que contém propostas de ações que potencializem o trabalho do Sindicato nesta área.

Palavras-chave: Práticas informacionais. Cidadania. Trabalho. Sindicato. Tecnologia.

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>6</b>   |
| <b>1.1 Metodologia .....</b>   | <b>10</b>  |
| <b>2 A HISTÓRIA RECENTE DO SINDICALISMO BRASILEIRO E O MUNDO DO TRABALHO .....</b>                                     | <b>13</b>  |
| <b>2.1 Trabalho e Tecnologia .....</b>   | <b>19</b>  |
| <b>3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS E PRÁTICAS DE CIDADANIA NOS SINDICATOS .....</b>  | <b>24</b>  |
| <b>3.1 O caso do SINDIFES.....</b>   | <b>29</b>  |
| <b>4 RESULTADOS E PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO.....</b>  | <b>32</b>  |
| <b>5 PLANO DE INTERVENÇÃO: DIVULGAÇÃO DAS FONTES INFORMACIONAIS DISPONÍVEIS NO CENTRO DE MEMÓRIA DO SINDIFES .....</b> | <b>36</b>  |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>399</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>40</b>  |
| <b>APÊNDICE .....</b>  | <b>44</b>  |

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa abordou as práticas informacionais no contexto dos Sindicatos e sua influência nas práticas de cidadania, especificamente com o estudo de caso, do SINDIFES - Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino, em Minas Gerais.

A definição de *práticas de cidadania* mais adequada aos fins deste trabalho é dada por Araújo (1998, p.31) que define o termo como:

às ações sociais desenvolvidas por indivíduos ou grupos de indivíduos que têm como base teórica a crença na igualdade de todos os homens perante a lei e no reconhecimento público de que a pessoa humana e a sociedade são detentoras de direitos e deveres, tendo como base prática a implementação de ações políticas em diferentes níveis.

Como *práticas informacionais* considera-se aqui o estudo dos fenômenos informacionais a partir da atuação e da perspectiva dos atores sociais (base e dirigentes do sindicato) na produção, organização, recebimento, disseminação e interpretação das informações no contexto do SINDIFES.

O SINDIFES foi escolhido como local de estudo, pois grande parte dos servidores técnicos-administrativos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) participam dos movimentos promovidos pelo sindicato ou se beneficiam de alguma forma de suas atuações.

O problema da pesquisa foi levantado a partir de indagações pessoais, quais sejam: Como ocorre a transferência e a distribuição de informações no âmbito dos sindicatos?. As informações acessadas no âmbito dos sindicatos, modificam a vida dos atores sindicais, nesse caso a base sindical e os dirigentes sindicais, e de que forma? Ocorre um maior acesso às práticas de cidadania, por parte desses indivíduos? A base sindical tem o mesmo acesso que os dirigentes sindicais às mesmas informações?.

O problema da pesquisa centrou-se no seguinte questionamento: De que forma as práticas informacionais dos atores sindicais (base e dirigentes) no SINDIFES impactam nas práticas de cidadania, levando-se em conta os aspectos históricos, sociais e culturais?

A partir desse problema se estabeleceram questões secundárias, que também deverão ser respondidas ao longo do trabalho:

- É possível que a partir das práticas informacionais, se estabeleça uma maior interação entre os atores envolvidos na prática da cidadania?
- Como utilizar na comunicação sindical as tecnologias da informação e comunicação (TICs), e por consequência, as novas mídias de forma eficiente, nos seus incontáveis benefícios?

A partir da busca por elucidar tais questões a pesquisa visa contribuir para a utilização efetiva da Informação nos sindicatos, quem sabe assim colaborando para aprimorar as práticas de cidadania.

Se assim ocorre, em consequência, presume-se que haverá uma qualificação nas habilidades de trabalho dos técnicos administrativos em suas funções no interior da UFMG. Ou seja, acredita-se que a função social, econômica e política entre as instituições - empregador (UFMG) e sindicato (SINDIFES) - se fortalece com o papel educativo, ou formador, que o sindicato tem quando qualifica os trabalhadores por meio de informações e ou conhecimentos por elas gerados.

Assim, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as práticas informacionais dos atores sindicais do SINDIFES e o seu impacto nas práticas de cidadania.

A partir do objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Abordar a informação como elemento de mudança social;
- Analisar a literatura existente sobre sindicatos na área da Ciência da Informação e áreas afins;
- Expor as possibilidades de interação entre os atores sindicais, dirigentes e base nas práticas informacionais;

- Entender o fluxo de utilização das novas mídias pelos sindicatos e seu público.

A escolha pelo tema perpassou por vários caminhos. A princípio se deu a partir do interesse pelos sindicatos como organização e pela forma como o processo de comunicação e transferência de informação se desenvolvem nessas organizações, bem como pela minha vivência nos movimentos sindicais.

A fundação do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – SINDIFES – é recente, data de 30 de outubro de 1992, foi realizada durante o I Congresso dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior de Belo Horizonte – CONTIFES/BH. Surgiu a partir da organização dos trabalhadores que viam no sindicato uma maneira de responder às necessidades e demandas dos servidores técnico-administrativos (TAEs) das instituições federais. A base do sindicato é composta pelos trabalhadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG) e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Apesar do pouco tempo de atuação especificamente na UFMG, foi percebida a importância do movimento sindical do SINDIFES para os TAEs. Desde a fundação do SINDIFES foi preconizado o conceito de sindicato-cidadão, ou seja, o engajamento para além dos interesses setoriais. A categoria sempre procurou intervir amplamente em temas como a defesa do direito à educação de qualidade, em todos os níveis, à saúde e em outras iniciativas que expressem a consciência política e social dos servidores, buscando sempre o exercício da cidadania (SINDIFES, 2013).

Cabe destacar que o GIFES - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gestão de Instituições Federais de Educação Superior, é resultado de uma ação conjunta da Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH, da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD (rede de práticas do ensino superior - GIZ e Centro de apoio à educação a distância - CAED) e da Faculdade de Educação - FAE, com o apoio do SINDIFES. Sua criação foi aprovada pela Pró-Reitoria de Pós- Graduação - PRPG em 16 de



dezembro de 2011, após a luta do SINDIFES por uma educação de qualidade destinada aos TAEs da UFMG.

A partir desse contexto, a pesquisa e o projeto de intervenção procuram abordar a informação como elemento de mudança social, a partir da análise do comportamento informacional dos atores sindicais. Busca ainda destacar a importância do movimento sindical para a melhoria do trabalho dos TAEs.

Apesar das dificuldades encontradas pelos sindicatos brasileiros, na luta pelos direitos dos trabalhadores, fica claro que para o fortalecimento de classe é essencial que haja um diálogo entre os sindicatos dos trabalhadores, Estado e empregadores, na busca da promoção dos direitos trabalhistas; solução dos problemas e desafios no mundo do trabalho; resolução dos conflitos e melhoria da produtividade, segurança e saúde ocupacional.

O Estado representa um papel crucial no que diz respeito à relação entre capital e trabalho. O Estado estabelece regras que ordenam a ligação entre trabalhadores e empresários, com função de regulamentar o trabalho e administrar os conflitos existentes do encontro destas duas forças, adotando (ou devendo adotar) uma postura de intervenção profunda nas relações entre empresários e trabalhadores tanto por meio da legislação, quanto por meio do Poder Judiciário (MATOS, 2012).

Ainda que para outros autores o Estado não possa “ser visto como mero solucionador de problemas, já que o mercado não é, por si só, a fonte deles, atribuída à lógica capitalista de produção”, como analisa Mollo (2001, p. 348).

A escolha do tema desta monografia levou em conta o papel que informação desempenha nos sindicatos, pois o movimento social ocorre a partir da interação dos atores sociais na busca por informação e conhecimento. Para Pinto (2004) essa busca permite aos atores construir suas próprias histórias, tornando-se capazes de lutar para conquistar seu espaço como indivíduos iguais na sociedade. Aqui é importante ressaltar que a informação não garante a transformação, apenas oferece ao indivíduo a possibilidade de utilizá-la ou não em busca da construção e prática da cidadania.

A ideia do projeto de intervenção apresentado nesta monografia surgiu a partir das aulas da disciplina “Gestão tecnológica e Ciência da Informação” ofertada no curso de Especialização GIFES, a partir dos textos e artigos lidos e posteriormente.

As leituras realizadas indicam, como afirma Adão (2008), que são raros os estudos sistemáticos que se dedicaram à temática aqui abordada no campo da Ciência da Informação; e que a ampliação das investigações nessa área pode contribuir para o desenvolvimento informacional desse segmento social, que a autora acredita ser carente de iniciativas de pesquisa. Para Araújo (1998), por sua vez, torna-se importante o aprofundamento do estudo sobre práticas informacionais em outros contextos e grupos sociais, que não sejam apenas nas ONGs, conforme é seu objeto de estudo.

A partir da leitura preliminar sobre o assunto percebeu-se a necessidade de estudos no campo na Ciência da Informação (CI) que abordem o papel da informação, levando-se em conta as novas tecnologias nos movimentos sociais, especialmente nos movimentos sindicais. Com base nos pontos estabelecidos pelos autores citados, delimitou-se as práticas informacionais dos atores sindicais com vistas à prática da cidadania como um vasto campo de estudo no campo da CI.

## **1.1 Metodologia**

Este estudo aborda as práticas informacionais realizadas pelos dirigentes e pela base sindical do SINDIFES, a partir do contexto social e do uso das tecnologias da informação e da comunicação, visando o desenvolvimento do movimento sindical e dos servidores federais, por consequência. A pesquisa também teve como base uma investigação bibliográfica, com revisão de literatura, levando-se em conta os contextos histórico e social.

Para o estudo do sindicato, a partir das perspectivas dos indivíduos frequentadores empregou-se uma abordagem qualitativa. Pois o estudo envolveu a análise dos indivíduos com diferentes hábitos e comportamentos, no processo de busca de informações e uso desses espaços. Para Baptista e Cunha (2007) a abordagem qualitativa permite o enfoque nos “aspectos subjetivos da experiência e do comportamento humano”, sendo inúmeras suas vantagens para a compreensão do processo. Nesse caso, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. O processo não requereu o uso de métodos e técnicas estatísticas. (LAKATOS; MARCONI, 1986).

Com base nas leituras da área de metodologia do trabalho científico (SEVERINO, 2007; MICHEL 2009), optou-se por uma pesquisa que retratasse de forma mais clara possível a realidade pesquisada. Quanto aos seus fins, a pesquisa foi de caráter exploratório, já que a temática é pouco estudada, havendo pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

O estudo possui uma descrição, pois também consistiu em uma pesquisa de opinião, caracterizando a opinião de determinados sujeitos, através da aplicação de questionário e entrevista estruturada. Nesse caso, a entrevistadora seguiu roteiro previamente estabelecido e as perguntas foram feitas a indivíduos predeterminados. A pesquisa realizou-se, de outra forma, por meio de um formulário elaborado em decorrência de um planejamento, dirigido a pessoas selecionadas previamente, como orientam Lakatos e Marconi (1986). Esta entrevista é padronizada para obter dos entrevistados respostas às perguntas e permitir comparação entre o mesmo conjunto de perguntas.

A pesquisa consistiu numa investigação empírica, pois foi realizada no local onde ocorre o fenômeno, ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Neste caso, o Centro de Memória e Arquivo do SINDIFES, onde é possível o contato direto com os usuários e com os possíveis usuários dos serviços oferecidos.

Posteriormente, o projeto de intervenção resultante desta pesquisa terá o intuito propositivo de democratizar as informações disponíveis nesse Centro de Memória, através da apresentação de proposta de realização de um seminário junto ao setor de recursos humanos da UFMG (Pró-RH), que visará apresentar os meios e fontes informacionais existentes no sindicato, que está disponível a todos os servidores. Considerando que o Centro de Memória do SINDIFES busca a preservação e disseminação do conhecimento, potencializando o acesso à memória do sindicato e informações essenciais à vida dos servidores.

## 2 A HISTÓRIA RECENTE DO SINDICALISMO BRASILEIRO E O MUNDO DO TRABALHO

A origem dos sindicatos se deu a partir da necessidade da criação de instituições que pudessem defender os interesses de ordem econômica e social dos trabalhadores perante os empregadores.

A história sindical brasileira é atípica se comparada com as demais. Isso se deve aos movimentos políticos instaurados no país, no decorrer da sua própria história. Neste trabalho optou-se por um recorte do sindicalismo, a partir dos anos 1940, no governo Vargas.

A consolidação das leis trabalhistas (CLT) data de 1º de maio de 1943, a CLT, estabeleceu uma série de diretrizes a serem seguidas pelos sindicatos brasileiros, dentre as quais destacam-se o direito do Estado efetuar intervenções nos sindicatos, bem como o dever dos sindicatos contribuírem com o Estado, e ainda a prestação de contas anual obrigatória ao Ministério do Trabalho (PINTO, 2004).

No período político que se seguiu entre os anos 1943 e 1964, conhecido como democrático, ocorreu a manutenção do modelo corporativista<sup>1</sup>, que restringia a autonomia sindical. Nem mesmo com a criação da Constituição de 1946 houve mudanças significativas, pelo contrário, conforme Pinto (2004, p.78) a mesma “limitou as condições legais de paralisação do trabalho e proibiu greves nos setores de serviços considerados fundamentais”.

O sindicalismo da década de 60, por sua vez, foi considerado por alguns estudiosos como inexpressivo, mas parte desse pensamento se deu devido à política militarista imposta no Brasil nesse período, que instaurou uma política ditatorial que acabou, em parte, com os direitos e liberdade dos cidadãos. Nesse período o movimento de greve era visto como um “atentado à segurança nacional”. O governo militar através

---

<sup>1</sup> Modelo de organização sindical implantado a partir da edição do decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931, em que o Estado passou a sujeitar os sindicatos, retirando sua autonomia, trazendo a regra do monossindicalismo (sindicato único). Fonte: FARIAS, 2003.

de medidas legais delegava apenas o papel de assistencialismo<sup>2</sup> aos sindicatos, que passaram a serem liderados por representantes nomeados pelo próprio governo militar. Pinto (2004, p.79) destaca que com o golpe militar de 1964 foi imposto “um sindicalismo de intervenção, com clara tendência à acumulação de capital. Os governos que se seguiram passaram a promover uma política de arrocho salarial pela fixação de reajustes mínimos”. Boito Jr. (1991, p. 47) dá uma visão geral do que foi a atuação sindical durante o período da ditadura militar:

A principal – e praticamente única – atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período 1968-1978 consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais – serviços médico, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudos, cooperativas de consumo, etc. – convertendo-se, esses sindicatos, em espécies de agências da Previdência Social.

Já na década de 70, apesar da opressão por parte do governo militar, muitos trabalhadores resistiram no propósito de fortalecer o movimento sindical. Nesse período foi percebido que o sistema corporativista vigente permitia certa autonomia e que esta variava de acordo com o tipo de governo. Conforme Pinto (2004, p80) optava-se “pela colocação de lideranças coniventes com o regime”. A autora ainda destaca:

Esse tipo de tutela do Estado, aliada à repressão e à falta de atendimento às demandas por melhores condições de trabalho, acabou por gerar uma insatisfação entre os mais politizados, no contexto do movimento sindical. Fato que resultou no questionamento de toda a estrutura sindical vigente. Esse movimento ficou conhecido como o movimento do “Novo Sindicalismo”.

O Novo Sindicalismo ficou marcado pelos movimentos de greves dos metalúrgicos, que teve início em maio de 1978, no ABC paulista. As greves dos metalúrgicos nesse período é vista como um marco para o desenvolvimento do novo sindicalismo no Brasil. O novo movimento sindical buscava “a autonomia e a liberdade sindical”,

---

<sup>2</sup> O governo definiu que os sindicatos deveriam apenas prestar serviços assistenciais aos trabalhadores sindicalizados em detrimento das garantias necessárias que os sindicatos deviam oferecer aos trabalhadores como a luta pela empregabilidade, pela dignidade dos trabalhadores e pela reivindicação dos direitos de forma articulada. Dentre os serviços assistenciais, Boito Jr. (1991) aponta os seguintes: serviços médico, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudos, cooperativas de consumo, etc.

sobretudo a defesa do direito de livre manifestação, a organização dos trabalhadores em prol dos seus direitos, e a luta contra a exploração do trabalho.

Para Mattos (1998) *apud* Pinto (2004, p.81) “o novo sindicalismo surgiu de um movimento de massas, organizado a partir dos trabalhadores, sem iniciativa da cúpula dos dirigentes sindicais”. Para Pinto os protestos tomaram força a partir do questionamento do papel do Estado nos sindicatos, “da burocratização”<sup>3</sup> e do atrelamento político do Estado, da prioridade dada ao assistencialismo, do carreirismo<sup>4</sup> dos dirigentes e da política conciliatória dos interesses de classes”.

Boitto Jr (1991) citado em vários trabalhos sobre o assunto descreve o novo sindicalismo como um movimento que emergiu com o renascimento do sindicalismo combativo e contestatório. Este teve como principal característica a ampliação do contato entre as lideranças sindicais e suas bases, a contestação do modelo assistencialista praticado até o final dos anos 70 e a valorização das greves como importante instrumento de pressão, na busca pelos direitos dos trabalhadores.

Para Rigotto (1992, p. 58) *apud* Adão (2008, p.60), a ação iniciada pelo novo sindicalismo desempenhou um importante papel na “construção de uma cultura democrática, com outros valores, abordagens e perspectivas: graus elevados de participação, relações de cooperação e igualdade social, princípios horizontais de decisão e ação”, que receberam, inclusive, o apoio de vários setores da sociedade, antes indiferentes às causas sindicais.

---

<sup>3</sup> “A burocratização dos sindicatos é a forma como ficou conhecida a ação dos dirigentes sindicais e dirigentes de diversas organizações de trabalhadores de aplicar uma política que faz com que esses espaços deixem de cumprir o papel de defender os trabalhadores e se tornem organizações de cooperação com os patrões. Essa política começa a ser desenvolvida a partir do momento em que os sindicatos vão crescendo, adquirindo recursos materiais que dão aos dirigentes vantagens pessoais que os fazem se afastar dos trabalhadores. *‘Para dar visibilidade a sua organização, para que os sindicatos permanecessem atuantes mesmo quando não há luta, os trabalhadores construíram aparatos: sedes, funcionários, um sistema de arrecadação de fundos, carros, liberações, etc. (...) Mas esse aparato, ao mesmo tempo em que é decisivo para a permanência da organização, gera pressões burocráticas que ameaçam os sindicatos enquanto organizações de luta.’* (Henrique Canary). O problema da burocratização dos sindicatos tem sido combatido desde o surgimento destes.”

Fonte: ASSIS, 2012.

<sup>4</sup> A expressão "carreirismo político define, comumente, certa avidez com que umas tantas pessoas procuram sugar as oportunidades ou as circunstâncias propícias à busca de cargos, honorarias, evidência, popularidade fácil." Fonte: MADEIRA, 2001.

Nesse contexto, a democracia passa a ocupar papel de destaque na dinâmica política do Brasil. Alguns autores destacam que o novo sindicalismo contribuiu em 1980 para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT); da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e da movimentação em prol das eleições diretas para presidente, em 1984 (BOITO JR., 1991; FRANÇA, 2001 *apud* Adão, 2008).

Com a democracia em evidência no país, devido às mudanças políticas ocorridas e com o apoio da sociedade, é importante ressaltar que os movimentos sindicais tiveram importância e expressividade no movimento das Diretas Já. Dessa forma, o novo sindicalismo contribuiu para a aniquilação do movimento ditatorial no Brasil.

De fato, desde o começo da década de 80, o sindicalismo brasileiro ganhou destaque internacional, sendo conhecido como um dos mais combativos. Nessa época os sindicatos eram reconhecidos por conquistar melhorias para as categorias dos trabalhadores. Houve um fortalecimento dos movimentos sindicais brasileiros.

Com o movimento sindicalista bastante ativo no decorrer dos anos 80, a Constituição de 1988, garante o direito de greve aos trabalhadores, desde que haja a aprovação do sindicato e dos trabalhadores, devendo haver votação quanto ao início e ao fim da greve.

Pochmann (2005) destaca que o movimento de greve transformou-se num dos principais instrumentos de “valorização e vocalização dos interesses coletivos dos trabalhadores, apontando o elevado grau de insatisfação, sobretudo com a realidade socioeconômica e com o caráter autoritário e antidemocrático”, que a seu ver ainda permanecia no interior das relações de trabalho. Essa conquista é considerada como muito importante mesmo nos dias de hoje, pelos trabalhadores, na busca de seus direitos, sendo que o movimento de greve é um importante instrumento de combate.

Nos anos 90 o movimento sindicalista brasileiro tomou novos rumos devido à reestruturação produtiva e à economia neoliberal. Na economia neoliberal é defendida a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal



sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo. A reestruturação produtiva consistiu nas transformações que ocorreram nos processos produtivos em todo o mundo, em especial a partir da década de 1960, com a introdução do modelo toyotista na organização do trabalho. Podem ser destacadas alterações tanto na oferta quanto na demanda de trabalho.

A partir da instabilidade e incertezas do mercado de trabalho, os sindicatos passaram a agir na defensiva. Nesse contexto houve o crescimento do mercado informal, em detrimento da criação de vagas de emprego. Para Pochmann (2005, p.172), o sindicalismo brasileiro, a partir da década de 90, perdeu força e passou a enfrentar diversas dificuldades, que com as mudanças ocorridas na economia mundial, ficaram em evidência:

A atual estratificação social no interior da estrutura ocupacional esvaziou o papel dos sindicatos, contendo-os na defesa restrita dos interesses de parcela dos empregos assalariados formais. Assim, o corporativismo cresce, ao mesmo tempo que amplia-se a quantidade de ocupações sem organização de representação de interesses.

(...) Onde foram mais predominantes, as políticas neoliberais tornaram mais explícita a situação de fragilidade sindical, com a perda de associados, a redução da cobertura dos contratos coletivos de trabalho, o esvaziamento das greves e a elevação do desemprego diante do baixo crescimento econômico.

(...) A forte queda no movimento paredista ocorreu paralelamente à presença de governos comprometidos com políticas *anti-labor*, responsáveis pela condução da economia sem maiores compromissos com a produção e o emprego nacionais.

A partir dos anos 90 o movimento sindical passa a viver uma situação difícil, devido às políticas neoliberais disseminadas mundialmente. Houve uma forte queda na adesão ao movimento, o governo brasileiro passa a não priorizar os compromissos com a produção e empregos nacionais (POCHMANN, 2005). Nesse período o movimento sindical passa a sofrer pressões por parte do governo. É destacado o emprego do poder coercitivo do Estado frente aos movimentos sindicais durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Emblemático neste sentido foi a repressão à greve dos petroleiros, em 1995, quando o governo federal demite de seus postos de trabalho aqueles que eram dirigentes

sindicais e ordena a entrada de canhões dos tanques do Exército, que foram apontados contra os trabalhadores nas refinarias.<sup>5</sup>

Especialmente no setor público, atuando contra o sindicalismo há uma propaganda do mesmo como uma “ideologia derrotada”, uma vez que a partir da década de 90 os governantes passaram a disseminar a imagem negativa do servidor público, que muitas vezes foi caracterizado como “marajá” ou “parasita”. Essa imagem criada enfraquecera o movimento grevista no setor público, pois esse setor mais do que qualquer outro necessita do apoio da opinião pública (VENTURINI, 2006).

Por outro lado, para Noronha *apud* Venturini (2006) nesse período acaba havendo um desenvolvimento expressivo do sindicalismo no setor público, já que o risco de desemprego nesse campo é menor que nos demais.

Em suas colocações, Sandri (1995, p.72) citado por Oliveira (2005, p.49) destaca um ponto importante no papel do sindicalismo brasileiro, que apesar do pressuposto dos sindicatos terem sido criados para defender os interesses de ordem econômica e social dos trabalhadores perante os empregadores, “o tradicional modelo sindical nunca passou de um representante dos trabalhadores para objetivo de negociação e, portanto, de uma instituição amenizadora dos conflitos de classes”.

O mesmo autor ainda destaca que o modelo tradicional de sindicalismo se torna ainda mais marginalizado na sociedade entrando em profunda crise quando o capitalismo surge como única alternativa para o mercado de trabalho, a partir do que observa-se como tendência mundial (OLIVEIRA, 2005).

Cabe relevar que historicamente, no mercado capitalista, o trabalhador é visto simplesmente como instrumento necessário à obtenção de lucro. Nesse caso, não se trata da produção para o simples usufruto das necessidades básicas humanas,

---

<sup>5</sup> Foram 32 dias de paralização. A greve dos petroleiros de 1995 visou o combate à privatização da Petrobrás, imposta pelo governo e também contestava o neoliberalismo. Essa greve foi essencial para o sindicalismo brasileiro, pois trouxe muitas discussões importantes como o direito à greve, a livre negociação, a justiça do trabalho e a liberdade de organização sindical.  
Fonte: FUP, 2013.

mas para a superexploração da mais-valia como condição prioritária dos meios de produção capitalistas. O conceito de mais valia pode ser compreendido como um excedente quantitativo de trabalho, ou seja, no capitalismo, o trabalhador não recebe o valor real do seu trabalho, apenas o necessário para sobreviver, pois os donos dos meios de produção visam o lucro. A mais valia é, dessa forma, a base da acumulação capitalista (MARX, 1944).

Para Menezes (2008) “com o advento do capitalismo, que subordina o trabalho às premissas do capital, o modo de produção das mercadorias em série somente poderia existir com a exploração do trabalhador na esteira das fábricas e na alienação coletiva em detrimento do saber cognitivo”. Torna-se claro o poder que o sistema capitalista exerce sobre o indivíduo, sobretudo através da tecnologia, como instrumento massificador. Mas cabe ressaltar também que este instrumento é culturalmente necessário ao desenvolvimento do indivíduo e do próprio sistema.

## **2.1 Trabalho e Tecnologia**

O desenvolvimento tecnológico propiciou a maximização da produção (qualidade em larga escala), através da acumulação de capital em um menor tempo possível, ocasionando a economia de trabalho. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que o suporte tecnológico desempenha um importante papel na padronização e sistematização dos produtos do trabalho. Através desse desenvolvimento as empresas detêm o conhecimento científico como forma de desenvolver as técnicas de produção, visando à acumulação de capital.

Isso quer dizer que a utilização das novas tecnologias no trabalho acelera o processo produtivo. Porém, esse novo mercado exige mão de obra qualificada, refletindo diretamente na diminuição de cargos de trabalho disponíveis. O uso das novas tecnologias afeta diretamente a questão do emprego, os trabalhadores e o mundo do trabalho como um todo, causando diversos impactos negativos, como a precarização do trabalho (TAVARES, 2004). Ou seja, piora das condições gerais de trabalho, através da diminuição de salário e benefícios.

Os processos produtivos atuais também foram incrementados com as novas tecnologias (robótica, microeletrônica, nanotecnologia, telemática, etc). Para a classe trabalhadora, de certa maneira, isso significa a necessidade de mais investimento no seu próprio conhecimento intelectual e em sua maior qualificação. Uma vez que os postos de trabalhos foram diminuídos em função do desenvolvimento tecnológico.

A partir do desenvolvimento tecnológico e da necessidade de mão de obra qualificada, percebe-se cada vez mais a crescente importância do conhecimento para o desenvolvimento capitalista no quadro atual. Como “conhecimento” podemos definir as habilidades que os trabalhadores que possuem mão de obra qualificada adquirem ou acumulam através da educação formal e informal e da experiência profissional. Muitas vezes, mesmo os trabalhadores que possuem mão de obra qualificada têm sofrido com a crescente desvalorização dos seus trabalhos e das condições de trabalho. O conhecimento das tecnologias e a qualificação são necessários, mas não necessariamente garantem um bom cargo, qualidade de vida no trabalho e um alto rendimento ao trabalhador. Esse quadro torna-se claro devido ao grande número de pessoas qualificadas, porém desempregadas (ANTUNES, 1995). Quadro esse que, a meu ver, revela a importância das lutas coletivas, por meio dos sindicatos e/ou das organizações de base dos próprios trabalhadores.

A disseminação da alta tecnologia nos mercados desencadeou o fenômeno de expansão mundial do mercado, a transnacionalização. Esse fenômeno evidencia a desterritorialização dos relacionamentos políticos e sociais sustentados pelo sistema econômico capitalista. A atividade produtiva é repartida e cada área (produção, inovação, vendas) pode estar localizada em diferentes países, escolhidos pela empresa transnacional, o que, na outra ponta, tem o intuito de causar a desmobilização por parte dos trabalhadores.

É importante ressaltar que esse processo de “escolha”, leva em conta as vantagens comparativas, que cada país oferece, como a mão de obra barata, mercado, apoio aos investimentos, etc. Ou seja, fatores atraentes aos investimentos da organização.

Com a globalização do capital nota-se o poder das organizações transnacionais, que

optam por empregar trabalhadores nos países subdesenvolvidos, onde a mão de obra é barata e desarticulada. A desarticulação (ou desmobilização) se dá através da fragmentação dos trabalhadores, em meio aos diferentes tipos de processos de trabalho (terceirizados, informais, contratados, etc). Esse processo muitas vezes faz com que o indivíduo desconheça seus direitos. Cada trabalhador é responsável apenas pelo trabalho que realiza independente do produto final e de todos os outros trabalhadores, que participam do processo (TAVARES, 2004).

O trabalho terceirizado é caracterizado como um trabalho pouco qualificado, uma vez que ele visa o aumento da produção, independentemente da qualificação dos trabalhadores. Como exemplo, Tavares (2004) cita o caso de empresas como a *Nike* e a *Reebok* que terceirizam seus serviços nos países subdesenvolvidos, onde a mão de obra é mais barata, devido a pouca qualificação dos trabalhadores e pouca oportunidade no mercado, como no Brasil por exemplo. Também nesse sentido, Menezes (2008) afirma:

As leis do mercado liberal regem assimetricamente a oferta e a procura de mão de obra, cada vez mais desvinculada aos tributos pagos para o Estado pela contratação do trabalhador. Com o mote da “adequação de custos” e “flexibilidade da produção” (ou quaisquer efêmeros jargões do gênero), o capitalista subcontrata sua força de trabalho de forma a burlar em parte ou na sua totalidade a legislação oficial vigente e assim capitanear todo um exército de mão de obra de forma clandestina ou subempregada.

O trabalho informal é visto no segmento do trabalho em desqualificação, uma vez que as pessoas que trabalham nesse ramo vivem de “bicos” e não possuem nenhum vínculo empregatício, passando por muitas dificuldades, já que não possuem nenhuma garantia trabalhista ou previdenciária. Segundo Tavares (2004) muitos dos oficialmente desempregados trabalham na economia informal.

De certa forma, grande parte dos trabalhadores se vê obrigada a recorrer ao trabalho informal. Para Menezes (2008) o trabalho informal pode ser definido não mais como uma função precária e provisória, mas como uma persistente ocupação para milhões de trabalhadores, sem a perspectiva de adentrarem para a legalidade das leis trabalhistas.

Entretanto, cabe ressaltar que no decorrer da história, as lutas sociais tiveram importante papel no desenvolvimento das políticas sociais e na criação das leis trabalhistas voltadas aos trabalhadores, que por consequência conseguiram a garantia dos seus direitos. Como exemplo e consequência dessas lutas sociais podem ser citados os sindicatos. Mas não somente tais organizações, mas especialmente movimentos o mais das vezes autônomos, e de vários matizes; como os movimentos alterglobalização iniciados em várias partes do mundo na década de 1990 e que redundaram depois em grandes movimentos de massa, como dos *Indignados*<sup>6</sup> ou o *Occupy* (EUA), há também os atuais protestos em curso em vários países europeus, contra o corte de direitos sociais e trabalhistas e as políticas de desemprego; além dos recentes movimentos de massa da região árabe, que além da defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o desemprego, lutam pela democratização política.

Nesse sentido Durkheim (*apud* UFSC, 2012) destaca que as maneiras de agir em sociedade não são de modo nenhum dependentes "de cada vontade particular tomada à parte", verifica-se que todo o comportamento social dotado de certa generalidade terá necessariamente um caráter coletivo.

Mas, apesar da expansão mundial da economia capitalista nota-se que o desemprego mundial tem crescido de forma exponencial nos últimos anos fazendo com que a criminalidade aumente, atingindo todas as camadas sociais (ANTUNES, 1995). A falta de emprego gera a exclusão de algumas camadas sociais, que muitas vezes acabam recorrendo à violência (tráfico de drogas, assaltos, entre outros) como forma de sobrevivência, uma situação vivenciada hoje no cotidiano de todo cidadão brasileiro.

Contudo, no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico percebe-se que se processa em todos os campos, apesar de excluir grande parte dos trabalhadores;

---

<sup>6</sup> "Os **protestos de 2011** na [Espanha](#), chamados por alguns meios espanhóis de **Movimiento 15-M**, **Indignados** e **Spanish revolution**, são uma série de protestos espontâneos de cidadãos inicialmente organizados pelas [redes sociais](#) e idealizados em primeiro momento pela plataforma civil e digital *¡Democracia Real Ya!* (em [espanhol](#): *Democracia Real Já!*), que obteve nessa fase inicial o apoio de mais de mais de duzentas pequenas associações. Começaram em [15 de maio](#) de [2011](#), com uma convocação em cinquenta e oito cidades espanholas. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_de\\_2011\\_na\\_Espanha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_de_2011_na_Espanha).

pois ele acontece de forma irreversível, uma vez que tem contribuído para o desenvolvimento econômico mundial, o que o torna indispensável à evolução da sociedade nos moldes capitalistas.

Nesse sentido, ficam evidentes as novas características que o mundo do trabalho adquiriu devido às mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. É de se destacar que o desenvolvimento tecnológico atual influenciou as relações de trabalho de forma ímpar.

\*\*\*\*\*

Na atualidade, o sindicalismo no Brasil vem passando por profundas mudanças, mas tem em voga a luta pela empregabilidade, bem como a luta por condições dignas de trabalho, devido aos problemas enfrentados por grande parte dos trabalhadores brasileiros. Portanto, cabe aos sindicatos encontrarem uma maneira de adaptar-se a nova realidade em que o capital é centro da economia mundial, lutando pela qualidade de vida e dignidade dos trabalhadores, que devem reivindicar seus direitos de forma articulada e mobilizada, independente da sua forma de trabalho (emprego formal, informal, público), uma tarefa difícil, porém necessária.

### 3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS E PRÁTICAS DE CIDADANIA NOS SINDICATOS

O sindicato é um movimento social no qual os trabalhadores lutam por melhorias salariais e por melhores condições de trabalho. Antunes (1980, p. 13) ao falar dos sindicatos, destaca que se trata de associações criadas pelos operários para sua própria segurança, através da defesa de direitos importantes como: *a manutenção de um salário digno e uma jornada de trabalho menos extenuante*. Dessa forma, a luta dos sindicatos baseia-se nas lutas cotidianas da classe trabalhadora.

Ao longo dos anos ocorreram transformações que alteraram significativamente as relações entre sindicato e Estado, bem como entre os sindicatos e sua base. Com a evolução da sociedade e das TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação foi necessário que os sindicatos também evoluíssem, modificando e adaptando-se às mudanças na forma de comunicar-se.

Segundo Lévy (1999) a Interação mediada via tecnologias de informação e comunicação é um novo meio de construir relações, de identificar simbolicamente grupos, de simular movimentos e atitudes e de transformar a condição da aquisição de conhecimento e de participação.

Na atuação dos sindicatos pela mobilização coletiva em defesa dos interesses da classe trabalhadora, entendo que a informação cumpre um papel crucial, que é a conscientização da importância de dar continuidade à luta da classe trabalhadora, como forma de preservar e ampliar suas conquistas (PINTO, 2004).

Mangue (2011, p.41) amplia o conceito sobre sindicatos e o define como uma das organizações de defesa do cidadão que se dedicam a defender e/ou orientar o cidadão na defesa de seus direitos e no cumprimento de seus deveres, em uma ou mais dimensões da cidadania.

As *práticas informacionais*, neste sentido, consistem no estudo dos fenômenos informacionais a partir da atuação e da perspectiva dos atores sociais (nesse caso,



base e dirigentes do sindicato) na produção, organização, recebimento, disseminação e interpretação das informações, no contexto do SINDIFES. Marteleto (1992, p.12) *apud* Pinto (2004, p.39) sintetizam as práticas informacionais de uma forma pertinente ao trabalho, como os “mecanismos pelos quais os significados, símbolos e signos são transmitidos por meio de aparelhos simbólicos [...] e se internalizam nos indivíduos gerando a estrutura da sua vida cotidiana”.

Como *práticas de cidadania*, por outro lado, Araújo (1998, p. 78) define as

ações sociais desenvolvidas por indivíduos ou grupos de indivíduos que têm como base teórica a crença na igualdade de todos os homens perante a lei e no reconhecimento público de que a pessoa humana e a sociedade são detentoras de direitos e deveres, tendo como base prática a implementação de ações políticas em diferentes níveis.

Essa definição é adotada para os fins deste trabalho.

Quanto à importância das práticas informacionais para a construção da cidadania, Reis, Silva e Massensini (2011, p.22) destacam que informação e cidadania são termos que se completam e estão diretamente ligados, ou seja, ambos corroboram a possibilidade do exercício da cidadania, sendo que na atual sociedade, o acesso à informação tornou-se pré-requisito para o estado de cidadão pleno.

Na sociedade contemporânea a informação adquiriu grande importância econômica e social, pois trata-se de um fator fundamental para a reprodução do capital e seu consequente desenvolvimento. A partir do desenvolvimento tecnológico e do aumento do fluxo informacional muitas transformações e desafios foram ocasionados, uma vez que os processos excludentes redefinem novas hierarquias na sociedade da informação, bem como as relações de poder. Ainda que, em outro sentido, Moura (1996, p.68) destaca que:

O homem é, em essência, um ser que norteia suas ações a partir de informações. O trabalho humano caracteriza-se, basicamente pela utilização do conhecimento e da informação, na objetivação da ação, nas mais diversas formas de organização da produção social. A história do trabalho humano também é a história da utilização, cada vez mais eficaz, das informações disponíveis.

Em sua dissertação essa autora analisa a importância da utilização das tecnologias da informação no trabalho do setor de telecomunicações e em uma passagem destaca também as primeiras mudanças na forma de comunicação entre o sindicato e sua base, através da inauguração da página eletrônica do Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Telecomunicações na internet. Moura (1996, p. 123) destaca que na época essa inovação trazia consigo “alguns indícios sobre o processo de objetivação e apropriação dos objetos de trabalho em prol da organização da categoria”. A partir desse contexto, com a evolução tecnológica, a comunicação sindical evoluiu para além dos famosos “boletins sindicais” impressos. Muitas barreiras foram superadas, porém muitos autores ressaltam a exclusão digital e tecnológica como um importante fator ainda a ser superado, especialmente em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

Mas, na análise que aqui se faz, a informação é um importante instrumento na luta pela cidadania. Pois também a partir da sua disseminação e intercâmbio de informações os indivíduos tomam consciência dos seus direitos e deveres. Assim, ao estabelecerem “circuitos comunicacionais” os sujeitos constroem as práticas informacionais, que podem ser definidas como “ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais” (ARAÚJO, 2001, p.32). O estudo dessas práticas considera os significados atribuídos pelos indivíduos durante as ações de busca, uso e disseminação de informações (PINTO; ARAÚJO, 2012, p.223).

Entretanto, para Reis, Silva e Massensini (2011, p.18) a informação é importante no processo de produção do conhecimento, mas por si só não realiza o trabalho que deve ser exercido pelo sujeito, que é o responsável por “apreendê-la, analisá-la e através da sua reflexão transformá-la em conhecimento para o exercício de sua ação”.

A questão da partilha social da informação e do conhecimento define como os atores sociais são incluídos nos processos de gestão da informação ou ficam à margem do mesmo (PINTO, 2004). Os movimentos de lutas sociais como objeto de estudo

compõem um espaço em que “os atores podem criar formas de partilha e construção de conhecimentos e informações como alternativas às formas excludentes de disseminação massificada de informação que predominam na atual sociedade” (PINTO, 2004, p. 10).

Cabe ressaltar a importância das redes sociais neste contexto, que podem ser compreendidas como um conjunto de atores conectados por nós de relações de amizades, trabalho ou troca de informação (MOURA, 2011; MARTELETO, 2010). As Redes Sociais ampliaram imensamente as possibilidades de transferência de informação, mas cabe destacar que elas não são uma exclusividade da Internet e há muito integram os esforços de interação e participação sociais (MOURA, 2011). As redes sociais são vistas como um meio promissor de divulgação de conteúdo e propagação de ideias, além de proporcionar um aumento significativo nas interações e conectividade de grupos sociais, “seu diferencial em potencial está em sua capacidade de construir e facilitar o acesso rápido à informação” (RECUERO, 2009 *apud* CORDEIRO; FLAUZINO; NASCIMENTO, 2011).

O acesso à informação, propiciado pelos movimentos sociais, como ONGs (Organizações Não Governamentais) e sindicatos, visam contribuir para que os cidadãos exerçam sua cidadania e conseqüentemente vivam numa sociedade mais justa. Para a Drucker (1999) cidadania significa compromisso ativo, ou seja, o cidadão deve “fazer a diferença na sua comunidade, na sua sociedade, no seu país”. Falando da importância da vivência da cidadania como estratégia para uma sociedade mais justa Covre (1991,p.31) define:

A identidade do individuo vem à tona e é o pensamento e ação para lidar com o mundo, para organizá-lo melhor de acordo com suas expectativas de cidadania, a cidadania depende da ação dos sujeitos e dos grupos básicos em conflito, e também das condições globais da sociedade, é preciso criar espaços para reivindicar os direitos, além disso, estender o conhecimento a todos para que saibam as possibilidades de reivindicar, não há mudanças sem a ofensiva do trabalhador cidadão, é preciso tomar consciência e lutar contrapontos fundamentais para a exploração da divisão social do trabalho, falta realizar sua própria revolução individual-cultural e desenvolver uma nova ética social. O que se reivindica é diretamente relacionado ao modo usado para reivindicar, a luta pela cidadania deveria transformar o cotidiano do trabalhador em algo bom sob condições

que respeitem a própria vida, dando chance também ao desejo.

Com base na afirmativa de que o acesso à informação pode mudar a realidade de um ator social, Wersig (1992) *apud* Pinto (2004) conclui que informação é conhecimento para ação e possibilita mudanças nas estruturas sociais. Porém Araújo (1998, p.198) conclui que não necessariamente informação e cidadania relacionam-se de forma imediata, “a inter-relação entre informação e cidadania somente ocorre num contexto participativo-comunicacional”. A apropriação, por parte dos indivíduos é o que dará sentido às informações recebidas nos movimentos sociais. A autora afirma que “a ação educativa desenvolvida através das práticas informacionais, trabalha no sentido de aprofundar o processo de conscientização que possibilita o desenvolvimento de práticas de cidadania”. As práticas de cidadania podem ser caracterizadas como ações políticas, sendo que a informação, neste contexto opera a ligação entre os sujeitos sociais, adquirindo igualmente a característica de ação política (ARAÚJO, 1998).

Corroborando essas afirmativas, Adão (2008, p. 163) destaca que trabalhos como o de Araújo (1998) e o de Oliveira (2005) sugeriram que a informação é componente fundamental na dinâmica de funcionamento de organizações sindicais e não governamentais (ONGs). Sendo que nessas organizações, a informação figura como fator indispensável para a ação dos agentes sociais nelas envolvidos.

Moura (2011) destaca a importância da Informação para o exercício da cidadania, nesse contexto a informação é tomada como um fenômeno social imprescindível à conscientização e à defesa dos direitos humanos.

Com base nessas argumentações cabe ressaltar a importância do papel social da informação, como elemento de ação que pode servir para a transformação e a mudança de muitas realidades. Nesse sentido, a informação não garante a transformação, apenas oferece ao indivíduo a possibilidade de realizá-la ou não em busca da prática da cidadania.

### 3.1 O caso do SINDIFES

O SINDIFES surgiu a partir da organização dos trabalhadores que viam no sindicato uma maneira de responder às necessidades e demandas dos servidores técnico-administrativos das instituições federais de ensino.

Nesse contexto, desde a fundação do SINDIFES (1992) foi estabelecido o conceito de sindicato-cidadão, ou seja, o engajamento para além dos interesses setoriais, visando à humanização das relações de trabalho. “A categoria sempre procurou intervir amplamente em temas como a defesa do direito à educação de qualidade, em todos os níveis, à saúde e em outras iniciativas que expressem a consciência política e social dos servidores, buscando sempre o exercício da cidadania.” (SINDIFES, 2013).

Levando-se em conta o aspecto social da informação, principalmente no contexto sindical, torna-se relevante destacar que a informação adquire um importante papel a fim de municiar os dirigentes, ativistas e militantes na defesa dos interesses dos trabalhadores por eles representados. O não acesso à informação poderá encaminhar ao arrefecimento do movimento sindical (OLIVEIRA, 2005, p.22).

A partir do pressuposto que a informação é importante ao desenvolvimento do movimento sindical, o SINDIFES criou o seu Centro de Memória, que tem como objetivo a democratização das informações alocadas pelo sindicato. O Centro de Memória está localizado na sede do Sindicato, em Belo Horizonte. Ele simboliza o elo entre o presente e o passado, tendo como aparato as modernas tecnologias de informação e comunicação a serviço da preservação e disseminação do conhecimento, potencializando o acesso ágil à memorável história de lutas e conquistas do movimento (CENTRO DE MEMÓRIA DO SINDIFES, 2013). Trata-se de um centro de informação especializado criado a fim de municiar os dirigentes e a base sindical, entre outros interessados nas informações disponibilizadas.

O Centro de Memória do SINDIFES abriga o Arquivo e a Biblioteca da Entidade. Oficialmente instituído em 2010, objetiva dar visibilidade à importância histórica do Sindicato no contexto sócio-econômico-cultural do movimento, em particular, bem como da sua contribuição à esfera dos movimentos reivindicatórios brasileiros, especificamente, àqueles atrelados as instituições federais de ensino.

Em seu espaço físico o Centro de memória disponibiliza o arquivo e a biblioteca do SINDIFES que tem como objetivo a preservação do conjunto de informações que constitui a memória da entidade, resgatando dados importantes que possibilitem construir a sua história e dar conhecimento a esse respeito a todas às pessoas interessadas (CENTRO DE MEMÓRIA DO SINDIFES, 2013). Nessa perspectiva o Centro de Memória visa à preservação documental e o apoio à pesquisa. No site da instituição é destacado como justificativa à sua criação:

A preservação da memória; a legitimação da instituição perante a comunidade que lhe dá forma; o resgate, conservação e restauração do seu patrimônio histórico; a recuperação e divulgação da produção intelectual e o incentivo à pesquisa histórica. Dentro dessa linha de pensamento, o Centro de Memória do SINDIFES foi criado para dar visibilidade à importância histórica do nosso Sindicato no contexto sócio-econômico-cultural do nosso movimento, em particular, bem como da sua contribuição à esfera dos movimentos reivindicatórios brasileiros, especificamente, àqueles atrelados as instituições federais de ensino (CENTRO DE MEMÓRIA DO SINDIFES, 2013).

A partir das pesquisas de práticas informacionais de determinadas práticas institucionais como os movimentos sindicais torna-se visível que cada usuário informacional tem sua ação explicada pelo pertencimento a um ou outro grupo social (ARAÚJO, 2007). Em relação aos usuários da informação, Araújo (2007, p.93) entende por comportamento informacional um indivíduo que, a partir de um estímulo externo, procura um sistema de informação, para satisfazer sua necessidade informacional, nesse caso nosso principal objeto de estudo. Sendo este processo bastante importante às práticas dos usuários na busca pela informação no que diz respeito às questões sindicais.

Vale salientar que esta pesquisa não procura determinar padrões de comportamentos informacionais e sim entender as práticas informacionais no campo sindical da categoria dos técnicos administrativos em educação a partir das relações

constituídas nos espaços de luta (assembleias, reuniões no sindicato e congressos dos trabalhadores), dando voz aos sujeitos (PINTO, 2012, p. 85).

É sabido que a prática informacional tem valor estratégico para os dirigentes que dela se municiam e se nutrem para suas ações sindicais frente aos sindicatos. Dessa forma, os dirigentes podem ser vistos como lideranças informacionais (OLIVEIRA, 2005, p. 112). O estudo das práticas informacionais no âmbito do SINDIFES visou identificar como a informação para o trabalhador sindicalizado é relevante, inclusive no que se refere e orienta o mesmo à sua prática cidadã.

Nesse sentido, a seguir será analisado o Centro de Memória do SINDIFES, visto como um serviço de informação especializado que visa identificar como a oferta desse trabalho interfere no acesso às fontes de informações disponíveis à base sindical e aos dirigentes sindicais. Dessa forma a análise que será feita adiante focará o acesso a essas informações e como esse acesso poderá influenciar a vida desses indivíduos.

#### **4 RESULTADOS E PROPOSTAS PARA INTERVENÇÃO**

Para o conhecimento do Centro de Memória do SINDIFES, principal serviço especializado de informações do sindicato, optou-se pela elaboração de uma entrevista estruturada (APÊNDICE A) com os responsáveis técnicos do setor, por haver pouco tempo hábil para o estudo detalhado da população frequentadora do local. Ainda sim, foram realizadas conversas informais com indivíduos sindicalizados, frequentadores e não frequentadores do espaço. Contudo, a entrevista direcionada aos coordenadores foi um fator chave para o conhecimento das práticas informacionais dos indivíduos envolvidos nesse universo, que consiste na produção, organização, recebimento, disseminação e interpretação informacional. As considerações a partir da entrevista e das conversas informais são expostas a seguir.

Como principal serviço especializado de informação no sindicato, o Centro de Memória do SINDIFES tem, como missão, a preservação do conjunto informacional que constitui a sua memória, através do resgate de dados importantes que possibilitem a construção de sua história e, conseqüentemente, a promoção desse conhecimento a todos os interessados.

O Centro de Memória é fruto de um esforço coletivo de todo o SINDIFES e é reconhecido como um setor de grande importância e estratégico pela coordenação do sindicato. Desta forma percebe-se o seu importante papel como mediador e disseminador de informações para tomadas de decisões.

As atividades desenvolvidas no Centro de Memória do SINDIFES são direcionadas aos coordenadores, diretores, filiados, funcionários e pesquisadores. Os principais responsáveis pelo acesso à informação, articulados ao Centro de Memória são os setores de Imprensa e Comunicação do Sindicato. Esses setores estão diretamente interligados, no que tange à seleção e ao tratamento das informações relevantes ao público atendido.



A produção informacional no âmbito do SINDIFES é intensa devido às atividades do movimento sindical, que é bastante expressiva no cenário nacional. O acervo do SINDIFES também é desenvolvido através de compras ou doações. Tem sua formação direcionada a assuntos relativos aos movimentos sociais, fortemente ligados aos principais interesses dos trabalhadores.

Para o recebimento e organização técnica do acervo é dispensado um serviço especializado, para o tratamento da informação. Devido a isso o Centro de Memória conta com os serviços de um bacharel em Biblioteconomia como coordenador no setor.

Em relação à disseminação e interpretação informacional, o Centro de Memória do SINDIFES busca entender as necessidades informacionais solicitadas por seus dirigentes, coordenadores e diretores, agilizando e dando suporte de forma mais eficiente possível a fim de contribuir para o bom andamento das necessidades diárias e rotina do sindicato.

O Centro de Memória é um lugar híbrido, estruturado, rico em fontes de informações que, quando organizadas e acessíveis, não só permitem o acesso mais rápido a elas, para as atividades administrativas e afins, como também contribui como potencializador de conhecimentos na vida dos indivíduos. Dessa forma o Centro de Memória pode contribuir como instrumento modificador de realidades.

Para corroborar a afirmativa acima, em relação à prática da cidadania atrelada às práticas informacionais dos indivíduos nos sindicatos, o entrevistado X ressalta “(...) *uma informação pode ser de grande valor se acessível e no momento adequado*”. E a partir disso, o entrevistado conclui “(...) *juntando-se os esforços em fazer com que ela chegue ao destinatário mais rapidamente e no momento certo, ela terá forte impacto e poderá desempenhar sua principal função. As melhorias, no contexto geral, são bastante perceptíveis*”.

Quanto às mudanças ocorridas nos trabalhadores, fruto do trabalho do Centro de Memória do SINDIFES o entrevistado X afirma: “(...) *posso citar alguns pontos que*

*percebo e considero positivos desde a implementação do Centro de Memória do SINDIFES: alguns trabalhadores buscam mais informações para a solução de seus problemas, parece que veem a Entidade com maior credibilidade e demonstram vontade e maior ciência nas suas ações”*. Nessa perspectiva, nota-se o valor social da informação, uma vez que ela se destaca como elemento de ação que pode servir para a transformação dos indivíduos, frequentadores desses espaços.

A partir das respostas apresentadas, percebe-se que o Centro de Memória do SINDIFES, apesar de sua criação recente, desempenha um importante papel na vida dos indivíduos frequentadores, que vão ao local em busca de informação especializada, na área sindical. Foi ressaltado ainda, que a informação ocupa papel preponderante no âmbito do sindicato. Porém, o trabalho ainda é pouco divulgado no âmbito de toda a base sindical, que muitas vezes desconhece o serviço prestado. Em conversa informal com alguns indivíduos sindicalizados e não sindicalizados, colegas de trabalho ou servidores de outras unidades, poucos afirmaram conhecer o Centro. Muitos alegavam falta de tempo para o conhecimento do projeto.

O centro de informação possui importantes fontes de informação, tanto para os dirigentes sindicais quanto para a base sindical. Nos dados conseguidos com a entrevista, foi possível perceber a ocorrência das práticas informacionais no SINDIFES, uma vez que os dirigentes se municiam das informações existentes para a prática sindical em assembleias, fóruns, entre outros. Esses dirigentes são reconhecidos pela base sindical como lideranças informacionais, já que, muitas vezes, beneficiam-se da posição ocupada para o acesso às informações (OLIVEIRA, 1998; PINTO, 2012). A base sindical e os pesquisadores frequentam o centro em menor proporção, frente aos dirigentes, mas torna-se claro que muitos compreendem a informação como necessária e estratégica.

Nesse contexto, o projeto de intervenção, a seguir exposto, tem como objetivo divulgar a importância do trabalho desenvolvido pelo Centro de Memória do SINDIFES, na tentativa de disseminar também a história da Universidade, que é contada através de documentos históricos, que fazem parte do acervo da instituição. Espera-se que a execução do projeto de intervenção aqui proposto possa fazer com

que tais informações beneficiem a vida do trabalhador, como já ressaltado, nos aspectos de ampliação de suas qualificações para o trabalho na universidade, assim como para os processos de sua formação política.

A partir dos dados iniciais coletados pela pesquisa, segue o plano de ação com custos/investimento físico-financeiro, cronograma, avaliação, equipe necessária para implantação, entre outros elementos.

## **5 PLANO DE INTERVENÇÃO: DIVULGAÇÃO DAS FONTES INFORMACIONAIS DISPONÍVEIS NO CENTRO DE MEMÓRIA DO SINDIFES**

O presente plano de intervenção é parte integrante e conclusiva do projeto sobre práticas informacionais nos sindicatos e tem como principal objetivo dar continuidade à pesquisa, através da disseminação da informação sindical, que pode chegar ao conhecimento dos TAEs (Técnicos administrativos em educação da UFMG); sejam estes sindicalizados ou não sindicalizados, podendo ser de grande valia a esses indivíduos, já que atualmente a informação está diretamente ligada ao conhecimento e ao sucesso, dependendo da forma como a mesma é utilizada.

O plano de intervenção visa orientar e desenvolver ações que permitam a divulgação do trabalho desenvolvido pelo Centro de Memória do SINDIFES. As informações relativas ao centro foram apreendidas e analisadas a partir da entrevista aplicada como parte da pesquisa. Serão enumeradas e explicadas aqui às ações, atividades, tarefas e recursos (humanos, custos financeiros, entre outros) necessários à realização do plano proposto.

Como plano de intervenção para a pesquisa será necessária a formação de uma equipe que contenha integrantes do Centro de Memória do SINDIFES, que possuem maior conhecimento das fontes informacionais disponibilizadas no Centro e que contenha também integrantes dos TAEs.

Pretende-se que o plano de intervenção seja desenvolvido a partir da realização de dois (2) seminários na UFMG, por meio da iniciativa conjunta para a constituição de uma mesa redonda, entre um integrante do SINDIFES, um integrante do TAEs-UFMG e um integrante da ProRH- UFMG. Um dos seminários visará explorar as fontes informacionais disponíveis no Centro de Memória da UFMG e a possibilidade de ampliar o acesso a ele por parte dos TAEs. O público foco desse plano de ação/intervenção são os bibliotecários-documentalistas da UFMG, que a princípio poderão difundir essas informações nas suas unidades de atuação, no âmbito da UFMG.

Trata-se de iniciativa conjunta entre um integrante do SINDIFES, um integrante do TAEs-UFMG e um integrante da ProRH- UFMG. Para o projeto será necessário um representante de cada um desses setores.

Quanto ao tempo de realização, para o plano de ação foram estipulados (propostos) quatro meses para seu desenvolvimento, desde a criação de folhetos que divulguem os seminários a serem realizados conjuntamente, até a realização das aulas que formem tutores, nesse caso os bibliotecários-documentalistas da UFMG, para a disseminação do conhecimento das fontes de informação disponíveis no Centro de Memória do SINDIFES, em suas unidades de atuação. Os seminários estão aqui propostos para ser realizados em auditórios, no âmbito da Universidade, com capacidade para 400 pessoas.

Tais eventos procurarão abordar a importância da história do sindicato para os TAEs- UFMG, bem como a importância e relevância das informações voltadas para os servidores. Os bibliotecários-documentalistas serão fundamentais nesses seminários, considerando que já faz parte da natureza de seu trabalho repassar as informações nas suas unidades de atuação.

Quanto aos custos, a princípio as despesas iniciais estão delimitadas aos folhetos e cartazes de divulgação dos seminários. Bem como a participação de pelo menos três pessoas envolvidas na apresentação dos seminários. Valor estimado: R\$ 700,00.

Quadro de estimativa de custos/ Investimento

| Produtos                                 | Quantidade | Valor   | Total |
|--|------------|---------|-------|
| Pessoas para a apresentação do seminário | 03         | R\$ 300 | 300   |
| Projektor multimídia (Data Show)         | 01         | —       |       |
| Panfletos para a divulgação              | 600        | R\$ 400 | 400   |

O plano de intervenção, através da realização dos seminários, voltados aos TAEs buscará potencializar o valor das fontes informacionais voltadas à história dos servidores da UFMG, bem como o seu valor em termos de acréscimo de conhecimento aos interessados nessas informações. Como se viu, a partir dos dados da entrevista e das conversas informais foi possível perceber que as informações contidas no Centro de Memória do SINDIFES podem beneficiar a vida dos servidores sindicalizados e não sindicalizados.

Assim sendo, torna-se claro que os sindicatos brasileiros são de extrema importância para as diversas necessidades os trabalhadores. Eles contribuem definitivamente para a formação cidadã uma vez que têm o papel de representar os trabalhadores; humanizando as relações de trabalho, ampliando direitos e evitando as perdas dos direitos já consolidados, contribuindo assim, para a mudança de muitas realidades.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou avaliar a contribuição da informação para a garantia do exercício da cidadania, bem como suas potencialidades de atuação nos processos de mudança e transformação social. Consistiu no estudo das práticas informacionais do âmbito do SINDIFES. Para um recorte, a pesquisa foi direcionada ao Centro de Memória do SINDIFES, que é o centro de informação especializado do sindicato.

O questionário aplicado aos coordenadores procurou apreender as práticas informacionais na produção, organização, recebimento, disseminação e interpretação informacional. Procurou orientar e desenvolver ações que permitam a divulgação do trabalho desenvolvido pelo Centro de Memória do SINDIFES.

Foi possível confirmar a importância da informação para a dinâmica de funcionamento de organizações sindicais e Não Governamentais(ONGs), como sugerido pelos trabalhos como o de Araújo (1998), Oliveira (2005), Adão (2008) e Pinto (2012), mesmo tratando-se de uma pesquisa mais simples.

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gestão de Instituições Federais de Educação Superior (GIFES) proporcionou grande instrumental teórico aos TAEs – Técnicos Administrativos em Educação, através das aulas presenciais e disciplinas ofertadas. A realização da monografia e do projeto de intervenção permitiu que a teoria pudesse ser visualizada na prática. A partir dessa perspectiva o curso contribuiu para a qualificação dos TAEs, proporcionando um maior conhecimento da estrutura da Universidade e contribuiu ainda para o oferecimento do serviço de melhor qualidade à comunidade atendida pela UFMG.

## REFERÊNCIAS

ADÃO, Sheila Margareth Teixeira. **Informação para a ação**: o uso da informação como suporte às reivindicações sindicais no âmbito da segurança e da saúde do trabalhador. 2008. 190 f., enc. Dissertação (mestrado em Ciência da informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 95p. (Coleção primeiros passos).

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 155 p.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.112-119, set., 2009.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação**: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais/ONGs brasileiras. 1998. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras. **Informação & Informação**, Londrina, v.6, n.1, p. 31-54, jan./jun. 2001. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/245>> Acesso em: 02 fev 2013.

ASSIS, Manoel de. **Luta contra a burocratização e o machismo nos sindicatos**. Disponível em: <<http://pstual.blogspot.com.br/2012/06/luta-contraburocratizacao-e-o-machismo.html>> Acesso em : 03 jun 2013. Publicado em 30 de Junho de 2012.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos. Estudo de usuários: uma visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.12, n.2, p.168-184, maio/ago. 2007.

BOITO JR., Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR., Armando (Org.) *et al.* **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 45-91.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania?**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 78p. (Coleção Primeiros passos/250).

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade pós-capitalista**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 186 p. (Novos umbrais).



FARIA, Marcio Almeida de. **O modelo sindical brasileiro**. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6665/o-modelo-sindical-brasileiro>>. Acesso em 03 de jun de 2013.

FUP - Federação Única dos Petroleiros. **A greve dos petroleiros de 1995**. Disponível em: <[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104\\_A%20greve%20dos%20petroleiros%20de%201995.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_A%20greve%20dos%20petroleiros%20de%201995.pdf)> Acesso em 04 de jun de 2013.

GANDRA, Tatiane Krempser; SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo. Estudos de usuários na perspectiva fenomenológica. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 13-23, set./dez. 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.: **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1985. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/#ixzz2TOp92RVs>> acesso em: 18 de mar de 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. 260p. (Coleção Trans).

MADEIRA, Marcos Almir. Carreira e carreirismo. O Globo 2001. Disponível em:<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=2838&sid=425>>Acesso em: 03 de jun de 2013.

MANGUE, Denise Catarina Silva. Organizações de defesa do cidadão. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG, 2011. P39-44.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesq. bras. ci. inf.**, Brasília, v.3, n.1,p.27-46, jan./dez. 2010.

MARX, Karl . **O capital**. Processo de Trabalho e Processo de Produção de Mais Valia, Secção 2, O Processo de Produção de Mais Valia. Volume I, Parte III. 1944. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>>. Acesso em: 10 de abr de 2013.

MATOS, Larissa. **O papel dos sindicatos diante da importância do diálogo social frente aos impactos no mundo do trabalho**. 2012. Disponível em : <<http://www.egov.ufsc.br>>. Acesso em 02 de mar de 2013.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002. 197p.

MENEZES, Wellington Fontes. **Os rumos do mercado de trabalho latino-americano: precarização, informalidade e desertificação do emprego**. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: Trabalhadore(a)s em movimento:

constituição de um novo proletariado?. 3., 2008. Londrina. *Anais...* Londrina: GEPAL-Grupo de estudos de política da América Latina, 2008. 15p.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais:** um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2 ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. 204 p.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg A Concepção Marxista de Estado: Considerações sobre Antigos debates com Novas Perspectivas. **Economia**, 2001, vol. 2, o número 2, páginas 347-389

MOURA, Maria Aparecida. **Tecnologias da informação e capacitação de trabalhadores no setor de telecomunicações.** 1996. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária:** concepções e práticas. Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG, 2011. 149 p.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. **Práticas informacionais dos dirigentes do Sindicato dos Bancários de BH e região.** 2005. 137 f., enc. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação

PINTO, Flávia Virginia Melo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **Transinformação:** Campinas, v 24, n 3, p 219-226, set/dez. 2012.

PINTO, Flávia Virginia Melo. **Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte.** 2012. 155f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

PINTO, Meyke Vilas Boas. **Práticas informacionais para a construção da cidadania:** um estudo de caso sobre os atores sindicais da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. 2004. 155 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

POCHMANN, Marcio. **Desafios atuais do sindicalismo brasileiro.** In: **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina** . Colección Grupos de Trabajo de Clacso: Bueno Aires -Arg, 2005. Disponível em < <http://migre.me/2TxnS>. > Acesso em 12/03/2013.

QUEIROZ, Antônio Augusto. **Movimento sindical:** passado, presente e futuro. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP. Disponível em: < <http://www.diap.org.br/>>. Acesso:22/03/2013.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2009 *apud* CORDEIRO; FLAUZINO; NASCIMENTO. Comunidades colaborativas online: você

faz parte de qual rede social? In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG, 2011. P91-98.

REIS, Alcenir Soares; SILVA, Alberth Sant'Ana; MASSENSINI, Rogério Luís. Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG, 2011. P 17-24.

SANDRI, Adriano. **Sindicalismo em tempos de qualidade total**. 2.ed. Contagem: Palesa, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Ronaldo Alves da. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

SINDIFES - Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino. **Histórico do SINDIFES**. Disponível em: <http://www.sindifes.org.br/>. Acesso em: 21 jan de 2013.

TAVARES, Rosilene Horta. Sobre as Funções da Tecnologia. **Trabajo, Tecnología de la Información y Política de las Transnacionales como Factores de Análisis de la Desigualdad Digital en Brasil**. 626f. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Universidade Complutense de Madri, Madri, Espanha, 2004.

UFSC. **Dicionário de Sociologia**. Disponível em: <<http://bib.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/482/5023019-DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA.pdf?sequence=1>>, data de acesso: 29/out/2012. 477p.

VENTURINI, Walter. A nova cara do sindicalismo brasileiro. **Teoria e Debate**, São Paulo, publicado dia 20/04/2006. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/nacional-nova-cara-do-sindicalismo-brasilei>>. Acesso em 21/03/2013.

WIKIPÉDIA. Protestos de 2011 na Espanha. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_de\\_2011\\_na\\_Espanha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_de_2011_na_Espanha)>. Acesso em: 04 de jun 2013

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Qual a sua formação escolar e qual a sua área de atuação?
  
- 2- Fale-me um pouco sobre a história do Centro de Memória do SINDIFES. E que tipo de serviços o Centro de Memória do SINDIFES prestam?
  
- 3- Que atividades o Centro de Memória do SINDIFES desenvolve a fim de cumprir a sua missão?
  
- 4- Quem mais utiliza das atividades desenvolvidas no Centro de Memória do SINDIFES?
  
- 5- Como é o processo de desenvolvimento do acervo no Centro de Memória do SINDIFES? Ele é definido a partir de que critérios?
  
- 6- Como é o relacionamento do Centro de Memória do SINDIFES com a direção do SINDIFES – Sindicato dos trabalhadores das Instituições Federais de Ensino?
  
- 7- Quanto à disponibilização de informação e conhecimento, quem é responsável por disponibiliza lós? É necessariamente o Centro de Memória do SINDIFES?
  
- 8- Os recursos informacionais disponibilizados pelo Centro de Memória do SINDIFES são usufruídos pela direção do SINDIFES – Sindicato dos trabalhadores das Instituições Federais de Ensino - para as atividades sindicais?
  
- 9- Onde você busca informação para o desempenho da sua atividade profissional? Quais as fontes principais?
  
- 10- Você percebe mudanças nos trabalhadores, fruto do trabalho do Centro de Memória do SINDIFES?

11- Que papel a informação tem no desempenho da cidadania dos trabalhadores frequentadores do Centro de Memória do SINDIFES? Você percebe alguma melhoria nesse sentido?

12- Em sua opinião, os sindicatos brasileiros contribuem para a formação cidadã dos trabalhadores?